

**UNIVERSIDADE CANDIDO MENDES
PÓS-GRADUAÇÃO “LATO SENSU”
PROJETO A VEZ DO MESTRE**

**O REFLEXO DA AVALIAÇÃO NO PROCESSO ENSINO
APRENDIZAGEM**

POR: EDILVA FERREIRA ANGELINO

ORIENTADOR
Antonio Fernando Vieira Ney

POSSE – GOIÁS
2011

**UNIVERSIDADE CANDIDO MENDES
PÓS-GRADUAÇÃO “LATO SENSU”
PROJETO A VEZ DO MESTRE**

**O REFLEXO DA AVALIAÇÃO NO PROCESSO ENSINO
APRENDIZAGEM**

POR: EDILVA FERREIRA ANGELINO

Apresentação de monografia à Universidade Candido Mendes como pré-requisito para conclusão do Curso de Pós-Graduação “Lato Sensu” em Supervisão Escolar.

Orientador: Antonio Fernando Vieira Ney

POSSE – GOIÁS

2011

AGRADECIMENTO

Agradeço, primeiramente, a **DEUS** pela luz no meu caminho, aos meus filhos pelo desprendimento e compreensão e a todos que direta ou indiretamente contribuíram para realização desse trabalho.

DEDICATÓRIA

Dedico o presente trabalho aos meus amados pais, meus primeiros incentivadores, nos caminhos do saber, pelo apoio incondicional ao longo desta magnífica caminhada, muitas vezes árdua, mas, sem dúvida gratificante.

“Um excelente educador não é um ser humano perfeito, mas alguém que tem serenidade para se esvaziar e sensibilidade para aprender”.

Augusto Cury

RESUMO

A avaliação da aprendizagem, apesar de ser bastante debatida ainda é problemática em nossas escolas. Portanto, a avaliação também é algo que deve ser avaliado, ou seja, avaliar o que está sendo feito em detrimento do que já foi feito, o que poderá e o que não poderá ser feito. Essa análise permite verificar com melhor eficácia o desenvolvimento da aprendizagem do aluno. Assim, se faz necessário que o docente faça uma reflexão sobre o que foi obtido com a avaliação, para a partir deles, planejar sua prática pedagógica, com o intuito de corrigir rotas e conduzi-los a aprendizagem. Ainda existem tipos de avaliações que servem como forma de exclusão de alunos. Isso acontece quando os compara entre si, e através de uma nota, exclui aqueles que são mais fracos não dando a eles oportunidade nenhuma de recuperação e crescimento. Isso faz com que aumente drasticamente o número de repetência e evasão escolar. Do ponto de vista crítico a avaliação não pode ser um instrumento de exclusão, precisa ser democrática favorecendo o desenvolvimento e a capacidade do aluno.

METODOLOGIA

A pesquisa realizada foi do tipo revisão bibliográfica. A pesquisa bibliográfica, segundo Larosa (2003), permite ao pesquisador adquirir conhecimento para a solução do problema por meio da busca de referências ao assunto estudado em documentos, livros e outros publicados anteriormente.

No intuito de proceder uma investigação em torno da avaliação da aprendizagem nas séries iniciais do ensino fundamental, o primeiro passo, foi recorrer à leitura de obras de autores diversos, a respeito do assunto, conhecer as pesquisas destes autores, perceber a maneira como a escola tem agido em relação a avaliação da aprendizagem e qual tem sido o papel da escola e do professor nesta importante tarefa de averiguar a aprendizagem.

Para construção da presente pesquisa foram consultados diversos autores que escreveram sobre avaliação da aprendizagem dos quais destaco: Antunes (2002), Cury (2003), Hoffmann (1998; 2003; 2004), Luckesi (2003), Libâneo (2001), Hadji (2001), Perrenoud (1999).

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	09
CAPÍTULO I	11
A AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM QUE A ESCOLA REALIZA	11
1.1 A Avaliação Não Esta a Serviço da Aprendizagem	11
1.2 Avaliar Só com Provas e Testes Pode ser um Erro	14
1.3 Avaliar a Aprendizagem Não é apenas Classificar os Alunos	17
CAPÍTULO II	21
O PROFESSOR FRENTE A TAREFA DE AVALIAR	21
2.1 Fatores que Norteiam a Prática Avaliativa do Docente	21
2.2 O Professor e a Dificuldade em Avaliar a aprendizagem	24
2.3 O Professor Pode Fazer a Diferença	27
CAPÍTULO III	30
AVALIANDO PARA O SUCESSO DO ALUNO	30
3.1 Avaliando com Foco na aprendizagem	30
3.2 Partindo para uma Avaliação Emancipatória	33
3.3 Mudando para Transformar a Prática Avaliativa	35
CONCLUSÃO	41
BIBLIOGRAFIA	44

INTRODUÇÃO

O tema desse estudo é o reflexo da Avaliação no Processo Ensino Aprendizagem. Que papel a Avaliação tem dentro desse processo, como ela se reflete dentro deste processo e como fazer para que a avaliação contribua com a aprendizagem do aluno.

Nessa pesquisa o assunto sugerido é de fundamental relevância, pois a avaliação da aprendizagem é uma das atividades mais complexa dos docentes e tem ao longo da historia causado insatisfação entre alunos e professores. Diante disso, tem sido também alvo de estudo de muitos teóricos e educadores que buscam formas de torná-la mais eficaz.

Considerando essa importância, surge a presente pesquisa, que busca compreender a forma como a avaliação vem ocorrendo nas escolas, especialmente nas séries iniciais do Ensino Fundamental, pois segundo Lukesi, a avaliação é um instrumento que possibilita ao professor compreender o estágio em que o aluno se encontra, interferindo assim de forma adequada para que o aluno avance no seu processo de aprendizagem.

O foco dessa investigação é ainda, perceber a ótica dos docentes sobre prática avaliativa que exercem, e os resultados destas na prática., compreendendo as causas e a partir disso, buscar e apontar caminhos para uma avaliação mais justa e ética, voltada para a democratização do ensino, evitando reprovações consecutivas e, por conseguinte evasões escolares.

Pode ser que os problemas relativos à avaliação da aprendizagem decorram do uso que os professores fazem da avaliação, às vezes, até como meio punitivo, outro ponto que certamente contribui para que ela seja excludente é a escolha do método avaliativo, às vezes, muito tradicional.

Neste contexto no primeiro capítulo a abordagem é sobre a avaliação que a escola contemporânea vem realizando e seu impacto no aluno e em sua aprendizagem.

No segundo capítulo a discussão é sobre a forma como o docente encara e realiza a avaliação da aprendizagem, considerando que sua postura depende de muitos fatores, inerentes a sua formação, seus princípios e cultura.

No terceiro e último capítulo desta pesquisa a abordagem é sobre maneiras de avaliar que contribuam com o sucesso do aluno, ou seja, com sua aprendizagem, afinal o papel da escola por meio do professor e fazer com que o aluno aprenda.

Por fim, o intuito dessa pesquisa é desvendar a complexa tarefa de avaliar a aprendizagem dos alunos, buscando novas formas de realizá-la no seu sentido mais verdadeiro, ou seja, de forma que todos tenham acesso à escola e nela permaneçam com sucesso.

CAPÍTULO I

A AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM QUE A ESCOLA REALIZA

A Educação deve ser vacina, nunca veneno”.A função do educador é ensinar, nunca provocar a eliminação sem sentido(Werneck, 2001,p.27).

1.1 A Avaliação não esta a serviço da aprendizagem

A avaliação da aprendizagem tem sido ao longo do tempo discussão de educadores e objeto de estudo de vários teóricos, dado ao seu papel relevante na educação, no entanto, continua sendo um dos grandes entraves na educação, pois, a avaliação vem sendo utilizada ainda com os ranços da pedagogia tradicional.

Nesta visão de avaliação da aprendizagem, a mesma se move única e exclusivamente em torno de aprovação e reprovação, pais, professores e sistema do ensino visam a aprovação, os pais pensando no avanço de séries por seus filhos, os professores utilizando os procedimentos de avaliação, para manter a ordem, ameaçar estudantes e fazê-los se “interessar” pelos estudos, e o sistema de ensino por sua vez se interessa pelos percentuais de aprovação e reprovação do total dos alunos, em consequência disso “*o nosso exercício pedagógico escolar é atravessado mais por uma pedagogia do exame que por uma pedagogia do ensino/ aprendizagem. (LUCKESI, 2003, p. 18)*”. Seguimos agindo como verdadeiros selecionadores, selecionando alunos que sabem, excluindo os que não sabem, como se a função da educação fosse selecionar e não ensinar.

A avaliação da aprendizagem é uma das atividades mais importantes inerentes à prática pedagógica, e determinante, no sentido de nortear os trabalhos pedagógicos, pois, se bem feita, traz ao professor uma visão real da

situação de aprendizagem do aluno e ainda lhe permite perceber se sua atuação docente tem ou não contribuído para o alcance dos objetivos propostos.

A escola contemporânea ainda traz muito da educação tradicional em sua forma de avaliar, pois, apesar de todos os avanços vividos em todas as áreas, alguns professores ainda se acham detentores do saber absoluto e usam de muito autoritarismo em suas salas de aula e neste sentido, utilizam da avaliação da aprendizagem por meio das notas para garantir esta autoridade.

Uma das obras consultadas que norteia esta pesquisa, é de Luckesi (2003), que fala a forma como a avaliação, segundo sua visão tem sido atravessada por uma pedagogia do exame em detrimento de uma pedagogia de ensino-aprendizagem.

Pais, sistema de ensino, profissionais da educação, professores e alunos, todos têm suas atenções centradas na promoção, ou não, do estudante de uma série de escolaridade para outra. O sistema de ensino está interessado nos percentuais de aprovação/reprovação do total dos educandos; os pais estão desejosos de que seus filhos avancem nas séries de escolaridade; os professores se utilizam permanentemente dos procedimentos de avaliação como elementos motivadores dos estudantes, por meio da ameaça; os estudantes estão sempre na expectativa de virem a ser aprovados ou reprovados e, para isso, servem-se dos mais variados expedientes. O nosso exercício pedagógico escolar é atravessado mais por uma pedagogia do exame que por uma pedagogia do ensino/aprendizagem. (LUCKESI, 2003, p. 18).

Quando a escola pratica a avaliação nem sempre se dá conta de como esta vem ocorrendo e principalmente sobre o efeito desta nas crianças que a freqüentam. O alto índice de reprovação, nas séries iniciais do ensino fundamental demonstra claramente que as formas de avaliação utilizadas por grande parte das escolas, ao longo da história, vêm contribuindo de forma contundente para o fracasso escolar nesta modalidade de ensino.

É bastante comum em todas as modalidades de ensino a crença de que a reprovação seja garantia de qualidade, fato lastimável, pois, não há evidências que altos índices de notas ruins garantam qualidade, ao contrário, demonstra a fragilidade da educação em nosso país, por não se conseguir ensinar a todos que chegam as instituições de ensino, deixando parte dos alunos a margem.

Em muitas circunstâncias a avaliação é utilizada como uma arma pelo professor que se apodera desta, para impor aos alunos disciplina e acreditam que por meio do medo, farão com que os alunos aprendam, quando no máximo conseguem que decorem alguns conteúdos para fazerem provas.

A avaliação é o último refúgio das escolas tradicional e tecnicista, sendo a parte mais legalizável do ensino, confere legitimidade a toda prática social da escola tradicionalista, por isso se tornou o centro das preocupações e das atividades na sala de aula e na escola. O professor, desprovido da cátedra e da autoridade do magister dixit, encontra nela a tábua de salvação para o resto do autoritarismo que ainda ele traz. (MATUÍ, 1995, p. 218).

Buscar autoridade na sala de aula por meio de avaliações que servem como armas ameaçadoras aos alunos é demonstrar o despreparo do professor para ministrar suas aulas, pois, aulas bem planejadas, que utilizam recursos variados, são capazes de prender a atenção dos alunos e evitar a indisciplina.

Muitos fatores dificultam a superação da prática tradicional, já tão criticada, mas, dentre muitos, desponta sobre maneira a crença dos educadores de todos os graus de ensino na manutenção da ação avaliativa classificatória como garantia de um ensino de qualidade, que resguarde de um saber competente dos alunos. (HOFFMAN, 2003, p.11).

Não há dúvida que a qualidade do ensino precisa ser preservada em todas as escolas, no entanto, isto não pode servir de pretexto para que a avaliação deixe de ser um processo, e como tal ocorra no decorrer do caminho, não apenas no final, com intenção única de emitir notas, pois, desta forma, não

interfere na prática pedagógica, de maneira a aperfeiçoá-la e contribuir com a aprendizagem de todos os alunos, afinal aprender é um direito de todos os alunos.

1.2 Avaliar só com provas e testes pode ser um erro

Conforme Hoffmann (1998) e Antunes (2002), avaliar a aprendizagem dos alunos não é uma tarefa simples, exige muito do professor, que precisa estar preparado para realizar tal atividade com a competência necessária. Elaborar uma avaliação da aprendizagem eficaz requer que vários métodos avaliativos sejam utilizados com o objetivo de que o docente tenha plena convicção da aprendizagem ou não do estudante, porém o que se observa com frequência é o uso de métodos avaliativos compostos apenas por provas e testes.

Segundo Luckesi (2003), grande parte dos professores utilizam as provas como um fator negativo de motivação, já que por meio delas o professor ameaça e pune os alunos, condicionando-os a estudarem por medo.

Luckesi (2003) destaca o fato de a avaliação ser atravessada por uma pedagogia do exame em detrimento de uma pedagogia de ensino-aprendizagem. De acordo com este autor, alguns professores utilizam as **provas como um fator negativo de motivação, já que por meio delas o professor ameaça e pune os alunos, condicionando-os a estudarem por medo, na verdade eles crêem piamente, que dando ênfase as provas nos dias que as antecedem, chamando a atenção dos alunos para estudarem, com a justificativa de que a prova será difícil, estão motivando os alunos à aprendizagem, no entanto, essa prática pode causar mal estar ao aluno com relação a avaliação mesmo antes de fazê-la, uma vez que as avaliações e por conseguinte a escola vão desenvolvendo uma conotação negativa aos olhos dos discentes, além de levar os alunos a acreditarem erroneamente que devem estudar para tirar notas boas e não para aprender.**

Segundo Luckesi (2003), essa pedagogia do exame traz algumas conseqüências, pedagogicamente se concentra nos testes e provas, quando a função verdadeira da avaliação da aprendizagem seria de construir uma aprendizagem satisfatória, ficando em segundo plano atividades significativas em si mesmas de forma que *“pedagogicamente, a avaliação da aprendizagem, na medida em que estiver polarizada pelos exames, não cumprirá a sua função de subsidiar a decisão da melhoria da aprendizagem. (LUCKESI, 2003, p. 25).* Psicologicamente serve apenas para desenvolver nos educandos personalidades submissas, com dificuldades de construir seu próprio conhecimento. Socialmente a pedagogia do exame, tem função seletiva, sendo útil para os processos de seleção, não para averiguar aprendizagem e tomar atitudes que mudem essa situação. Considerando ainda que estando em uma sociedade dividida em classes, a pedagogia do exame se coloca a favor das classes privilegiadas.

No caso, a avaliação está mais articulada com a reprovação do que com a aprovação e daí vem a sua contribuição para a seletividade social, que já existe independente dela. A seletividade social já está posta: a avaliação colabora com a correnteza, acrescentando mais um “fio d’água”. (LUCKESI, 2003, p. 26).

O professor que se deixa nortear pela pedagogia de exames, utiliza avaliação como uma arma contra os alunos e não poupa ameaças no período que antecede as ditas provas, segundo Luckesi, (2003), essas ameaças desencadeiam a utilização por parte dos professores das provas como um fator negativo de motivação, uma vez que pretende que os alunos estudem por puro medo, certamente um aluno motivado pelo pavor não terá prazer algum em estar na escola, o que acaba por tornar as salas de aula e as avaliações da aprendizagem insuportáveis, sem contar que sem motivação a aprendizagem se torna quase impossível.

A avaliação da aprendizagem nas séries iniciais do Ensino fundamental tem ocorrido de forma mecânica, o professor elabora provas e testes que são aplicados no final do mês ou do bimestre, com o único intuito de gerar notas. Avaliar dessa maneira, não dá ao aluno uma nova oportunidade de

aprendizagem, pois, o docente, não se debruça sobre os resultados, não há reflexão sobre estes e muito menos tomadas de decisões, que conduzam os que não aprenderam ainda, a aprender. Processada desta forma a avaliação colabora fortemente para a reprovação e a evasão, fato lamentável, considerando, que para grande maioria dos alunos, em especial da escola pública, a educação é a única maneira de melhorar suas condições de vida.

Avaliar a aprendizagem como já dito não é uma tarefa fácil, pelo contrário se configura como uma atividade extremamente complexa que requer do docente competência pedagógica. Em muitas circunstâncias os professores se vêem cercados de normas a serem seguidas relativas à avaliação da aprendizagem o que contribui para que estes não desenvolvam práticas mediadoras. Além disso, há também certo despreparo para esta atividade tão importante e às vezes realizada de qualquer forma no interior de nossas das salas de aula.

Muitos professores revelam a sua impossibilidade de desenvolver processos avaliativos mediadores, porque estão cercados por normas classificatórias exigidas pelas escolas. Mas também se percebe a sua dificuldade em alterar sua prática por falta de subsídios teóricos e metodológicos que lhe dêem segurança para agir de outra forma. (HOFFMANN, 1998, p.70).

Nortear se apenas pelas provas e exames é uma prática avaliativa, infelizmente muito comum ainda nas escolas que ministram as séries iniciais do Ensino Fundamental, muitas coisas concorrem para isso, o número elevado de alunos por professor, a crença dos docentes de que estes são os instrumentos mais seguros para se avaliar a aprendizagem, no entanto, nem sempre esta é melhor forma de avaliar se o aluno aprendeu ou não.

Avaliar é na verdade, uma parada durante o percurso do aprender para verificar o caminho percorrido, perceber falhas e corrigi-las a fim de se chegar ao objetivo maior da educação que é a aprendizagem, preferencialmente de todos os alunos

Quando a avaliação tem o objetivo de observar se houve a aprendizagem, com o intuito de intervir no processo a fim de levar todos os alunos a aprenderem, não se baseia apenas em provas e testes que mais selecionam do que avaliam.

Avaliar a aprendizagem deve ser um processo e não um fim, aplicar provas ou testes ao final de bimestres ou semestres apenas com o intuito de atribuir nota aos alunos, aprovativas ou reprovativas, sem se quer pensar em mudar a prática para ajudar os alunos que não apresentaram aprendizagem ainda, é uma forma de excluir parte dos alunos.

1.3 Avaliar a aprendizagem não é apenas classificar os alunos

A avaliação da aprendizagem é umas das atividades mais importantes da docência, pois, ela tem o papel importante de nortear a prática docente. Se o professor avalia com o objetivo de detectar as possíveis falhas na aprendizagem, a partir dos resultados, vai planejar seus próximos passos para que os alunos de fato aprendam, afinal é esta a tarefa do professor.

Apesar do acima exposto, a avaliação não é vista desta forma por muitos educadores, que a realizam com o intuito de emitir notas, que classificaram seus alunos em aprovados e reprovados. Detectados os que aprenderam ou não são emitidas notas e o professor acredita que concluiu seu trabalho, esquecendo que há alunos que não aprenderam ainda.

A avaliação classificatória, ainda muito utilizada na atualidade, perde uma ótima oportunidade de reavaliar o caminho prosseguido as atitudes tomadas pelo professor, as reações dos alunos e a partir destas reflexões, promover mudanças substanciais na prática docente com o objetivo do crescimento do educando, agindo desta forma o professor deixaria de reduzir sua função de avaliar a aprendizagem em apenas classificar, os educandos, em inferior, médio ou superior parando por ai o ato de avaliar, ou se já, não há “tratamento” apenas o diagnóstico da “doença”.

Nesta postura cômoda de avaliar o educando e determinar através de uma nota que ele não aprendeu e ponto final, não há crescimento, não há mérito, porque a escola e o professor não cumpriram seu papel de ensinar, afinal é a isso que professor e escola se prestam? Constatar apenas que o aluno não aprendeu não vai levá-lo a aprender, isso seria o mesmo que um mecânico detectar uma falha em um veículo, simplesmente fechar o motor e devolvê-lo ao proprietário, sem consertar o defeito encontrado.

Na prática pedagógica, a transformação da função da avaliação de diagnóstica em classificatória foi péssima. O educando como sujeito humano é histórico, contudo, julgado e classificado, ele ficará, para o resto da vida, do ponto de vista do modelo escolar vigente, estigmatizado, pois as anotações e registros permanecerão, em documentos legalmente definidos. (LUCKESI, 2003, p.35).

A avaliação classificatória, ranço da educação tradicional, vai no decorrer do tempo causando vítimas de seus atos classificatórios, excluindo alunos da escola, colocando-os de certa forma a margem da sociedade. *“Esse modo de avaliar, de julgamento terminal e classificatório é uma forma eficiente de fazer da avaliação do aluno um instrumento contrário à democratização do ensino”.* (MATUI, 1995, p.227). Pois as instituições escolares só serão de fato democráticas quando estiverem abertas a todos os alunos que a procurarem, e ainda forem capazes de mantê-los com sucesso nas mesmas.

A avaliação classificatória é ainda uma forma perversa de se manter a ordem injusta da sociedade, por que embora ela não interfira diretamente no acesso de todas a escola, ela conduz a não permanência nesta, pois as consecutivas reprovações vividas por parte dos educandos que buscam as instituições educacionais, em especial da rede pública, os conduzem a evasão escolar, muitas vezes definitivas e esses passam a aumentar o número cada vez maior de pessoas a margem da sociedade.

As famosas evasão e repetência são resultado da avaliação classificatória. As evasões ocorrem de forma mais acentuada no segundo semestre de cada ano letivo, principalmente depois das avaliações do terceiro bimestre, quando os alunos ficam sabendo

que é difícil “passar do ano” (em especial com o aluno/trabalhador).O fenômeno das profecias auto-realizadoras – as expectativas negativas-que beneficia os alunos da classe média e superior e prejudica os das classes populares certamente é um aspecto de avaliação classificatória é um processo de preparação de repetência. A escola é uma fábrica de repetências (MATUI, 1995, p.226).

Outra questão trazida pela avaliação classificatória é o uso de testes aplicados aos alunos, segundo Jussara Hoffmann, (2003), os professores utilizam os testes de forma a finalizar as avaliações, aplicam os testes chegam a conclusão que o aluno não aprendeu determinado conteúdo, emitem uma nota a esse respeito e dão por concluída a complexa tarefa de avaliar. Nesse sentido esses testes, não contribuem para a aprendizagem do aluno, nem comprovam a competência dos que se saem bem, nos tais testes, em diversas outras situações fora do âmbito escolar. Para outros profissionais, como os médicos, por exemplo, o teste conduz, a uma tomada de decisão, ou seja, o que fazer diante desse resultado. No entanto para muitos de nós educadores, os testes têm fins em si mesmos, não levam a uma atitude para a cura do problema, para a resolução da questão, como agir para fazer com que o aluno que não aprendeu ainda aprenda.

De posse do poder decisório, que é a forma como alguns professores encaram a avaliação, estes agem apenas com o intuito de aprovar ou reprovar, ou seja, avalia apenas para classificar, desta forma a avaliação é apenas um caminho para se chegar a um número, uma nota, quando deveria ser um momento de reflexão, de mudança na prática pedagógica, com objetivo de levar o aluno ao sucesso escolar.

A atual prática escolar estipulou como função do ato de avaliar a classificação e não o diagnóstico, como deveria ser constitutivamente, ou seja, o julgamento de valor, que teria a função estática de classificar um objeto ou ser humano histórico num padrão definitivamente determinado. (MATUI, 1995, p. 223).

A avaliação classificatória não traz grandes benefícios aos alunos e a educação, por ter seu fim em si mesma, se constituindo fim de um processo, uma vez que realizada esse tipo de avaliação, atribui-se uma nota ou menção se dando por encerrado o processo avaliativo. Numa avaliação diagnóstica professor e até mesmo o aluno analisam os resultados das avaliações, com o intuito de buscar soluções para as falhas encontradas, constituindo-se assim em um processo. Apesar de todos os problemas apresentados a avaliação classificatória ainda é muito utilizada nas instituições escolares na atualidade, funcionando com o objetivo único de atribuir notas, conduzindo boa parte dos educandos ao fracasso escolar, considerando que os que não obtém as médias para aprovação, não serem recuperados no quesito aprendizagem, porque o que ocorre na maioria das vezes é o professor dar uma nova avaliação ao aluno, sem um reforço na questão da aprendizagem.

CAPÍTULO II

O PROFESSOR FRENTE À TAREFA DE AVALIAR

Um excelente educador não é um ser humano perfeito, mas alguém que tem serenidade para se esvaziar e sensibilidade para aprender. (CURY, 2003, p.17).

2.1 Fatores que norteiam a prática avaliativa do docente

O magistério não é uma tarefa fácil e a avaliação é uma das funções mais difíceis exercida pelo professor, para avaliar este deve estar preparado para tanto, pois, *“a tarefa do professor ao avaliar exige competência, discernimento, equilíbrio, além, é claro, de conhecimentos técnicos”*. (ANTUNES, 2002, p.10).

O papel do professor no ato de avaliar é de suma importância uma vez que a ele cabe a tomada decisão, de como avaliar? E o que avaliar? Considerando que a postura avaliativa do docente é fator determinante na vida do educando, contribuindo para o desenvolvimento deste ou não. Portanto a visão de mundo do professor, sua consciência crítica e seu senso de justiça certamente norteiam sua forma de avaliar a aprendizagem do aluno, sendo fundamental sua bagagem teórica, bem como sua experiência docente para a construção de uma avaliação de fato democrática.

Muitos professores avaliam a partir do que não é essencial à aprendizagem escolar, tolhendo muitas vezes a criatividade dos alunos, impedindo-os de construir seus próprios conhecimentos o que desencadeia em uma prática autoritária da avaliação, que é extremamente antidemocrática, pois impede o crescimento do aluno, sua elevação cultural, afastando-o desse processo, às vezes, por definitivo. Se observarmos muito do que aprendemos de fato, na época de escola não foi cobrado em provas, no entanto ficaram em nossas mentes porque foi importante daí ocorreu o registro. Às vezes o

professor não tem a sensibilidade de perceber o que é de fato essencial para o aluno, o que é aplicável e por isso avalia mal.

Pela avaliação, nós professores, muitas vezes, “matamos” nossos alunos, matamos a alma bonita e jovem que eles possuem; reduzimos sua criatividade, seu prazer, sua capacidade de decisão. E a seguir, reclamamos que nossos alunos não são criativos. Como poderão ser criativos, se estivemos, permanentemente, a estiolá-los aos poucos com nosso autoritarismo arbitrário? (LUCKESI, 2003, P.76).

Uma das conseqüências mais graves da avaliação classificatória, escolhida por grande parte dos professores contemporâneos é a questão do docente considerar seu trabalho concluído com a execução da avaliação, avalia-se, confere-se uma nota ou menção e ponto final, não há uma reflexão sobre os resultados, uma preocupação com possíveis mudanças da prática pedagógica, faz-se necessário refletir sobre isso, pois, *“uma avaliação que não é seguida por uma modificação das práticas do professor, tem poucas chances de ser formativa”* (HADJI, 2001, p.21). A avaliação formativa permite a continuidade da ação pedagógica, deixando de ser apenas uma operação externa de controle.

Avaliar de maneira classificatória ou simplesmente para selecionar costuma dar menos trabalho para o docente e provavelmente, em virtude disso, seja esta a maneira de avaliar mais utilizada por grande parte dos educadores contemporâneos, pois, nesta forma de avaliar o trabalho se encerra, quando se chega às notas, boas ou ruins, porém numa avaliação diagnóstica e formativa, depois destes resultados vem todo um trabalho de análise dos dados e planejamento dos próximos passos, isso não é fácil, mas, é o que pode tornar a educação mais democrática e ajudar todos os alunos a lograrem êxito em seus estudos. Ter escolas abarrotadas de alunos que em grande número não aprendem não deixa de ser incompetência de gestores públicos e educadores, afinal a finalidade do trabalho educacional é ensinar e isso não se restringe a uma parcela dos alunos que são matriculados em uma instituição educacional.

A escola ao longo da história tem falhado ao avaliar e os professores por sua vez apresentam certa dificuldade de conciliar teoria e prática ao avaliarem e acabam por deixar de lado as teorias vistas durante os anos de estudos, utilizando procedimentos avaliativos excludentes.

Os professores sentem dificuldade ao avaliar, embora, muitos não admitirem, ocorre que essa é uma tarefa difícil que requer do docente esforço, capacidade, empenho, dedicação e principalmente compromisso com uma educação de fato democrática. *“A tarefa do professor ao avaliar exige competência, discernimento, equilíbrio, além, é claro, de conhecimentos técnicos” (ANTUNES, 2002, P. 10).*

A tarefa de avaliar é uma missão complexa, que exige que o docente seja um exímio observador, capaz de ver o aluno, além das aparências, capaz de ver o aluno em sua totalidade, percebendo os avanços do educando, pois, sempre há avanço, ainda que pequeno, embora muitas vezes o educador não perceba.

É notório que boa parte dos docentes apresenta dificuldades em avaliar o aluno em sua totalidade, considerando o contexto em que está inserido e sua individualidade, o que acaba por culminar em fracasso escolar.

Persegue-se incansavelmente “o igual” na escola e todas as diferenças são obstáculos impeditivos de aprendizagem: os alunos agitados ou muito quietos, os alunos pobres, doentes, de idades diversas, com talentos inesperados, com deficiências físicas e mentais, que falam outra língua... De tal forma o olhar do professor vasculha por desvios ao padrão determinado “a priori” que poucos sobrevivem à fúria avassaladora da comparação, resultado na perversidade de uma escola seletiva e excludente, e perigosamente monótona pela sua incapacidade de valorizar as ricas experiências de vida e diferentes formas de pensar de muitas crianças e jovens diferentes. (HOFFMANN, 1998, p. 9).

Hoffmann (2003) aponta como causa da dificuldade, dos professores, em avaliar a aprendizagem dos alunos a falha na formação destes, que se

apegam aos modelos de avaliação a que foram submetidos durante sua formação, umas muito permissivas, outras demasiadamente rígidas. Percebe-se ainda que muitas vezes os professores dos cursos de graduação “pregam” uma avaliação diagnóstica e formativa, mas aplicam na prática métodos bem tradicionais. Ao avaliar, o docente deve ter em mente que seu papel é antes de tudo de ajudar o aluno a desenvolver seu potencial, por isso sua postura ao avaliar jamais pode ser o “fio condutor” de diminuir a auto-estima do ser humano, que tem a frente.

Embora os índices de evasão escolar, bem como, o fracasso escolar sejam assustadores em virtude da forma de avaliar a aprendizagem, utilizada pelos docentes, na atualidade, os cursos de formação e aperfeiçoamento de professores, não tem dado a atenção necessária a esta parte delicada da tarefa pedagógica do educador, sendo ainda um grande desafio para as instituições formadoras dos profissionais da educação, prepará-los para avaliar bem.

A superficialidade dos estudos na área de avaliação, em cursos de magistério e licenciatura, tende a ser um fator sério pelo seu reflexo na escola de 1º e 2º graus, uma vez que a prática avaliativa é um fenômeno com características fortemente reprodutivistas. Ou seja, o modelo que se instala em instituições formadoras é o que vem a ser seguido por esses alunos quando passam a exercer a docência. (HOFFMANN, 1998, p.65).

Os professores, em sua maioria, querem assumir uma nova postura avaliativa, mas se sentem inseguros presos às orientações pedagógicas, que acabam por nortear as decisões na hora de avaliar, de forma que o contexto profissional do docente influencia de forma substancial sua prática pedagógica, com relação à avaliação da aprendizagem. Dentro desta ótica “se percebe a sua dificuldade em alterar sua prática, pela falta de subsídios teóricos e metodológicos que lhe dêem segurança para agir” (HOFFMANN, 1998, p.70), assim estes docentes se mostram impossibilitados de desenvolverem processos avaliativos mediadores.

2.2 O Professor e a dificuldade em avaliar a aprendizagem

É certo que avaliar a aprendizagem não é nada fácil, e que muitos professores se perdem nessa tarefa de suma importância no processo ensino aprendizagem. As dificuldades são muitas desde a formação do professor, que com certeza, pautara sua prática avaliativa, até a forma como a escola em que ele atua vê e faz a avaliação. As somas dessas duas vertentes constroem a forma do docente avaliar a aprendizagem de seus alunos, razão pela qual se torna difícil manter uma avaliação mediadora na maioria das instituições escolares.

Muitos professores revelam a sua impossibilidade de desenvolver processos avaliativos mediadores, porque estão cercados por normas classificatórias exigidas pelas escolas. Mas também se percebe a sua dificuldade em alterar sua prática por falta de subsídios teóricos e metodológicos que lhe dêem segurança para agir de outra forma. (HOFFMANN, 1998, p.70).

Uma das causas da dificuldade em avaliar a aprendizagem, apresentada pelo professor, é o fato deste não ter, muitas vezes, conhecimento suficiente para agir. Ele deve antes de tudo, ser um grande conhecedor, não podemos desvalorizar o poder do conhecimento para uma boa atuação pedagógica do docente. Esse conhecimento é que irá oportunizar ao professor analisar o contexto em que está inserido, as questões sociais que influenciam e norteiam o processo educacional, e dessa forma poder ajudar seus alunos a crescerem e ampliarem suas visões. Dessa forma o docente estará apto a avaliar melhor a aprendizagem do aluno de forma crítica, de maneira a contrariar a ordem social existente, que certamente não é justa.

Um dos maiores problemas dos docentes ao avaliarem é considerarem a avaliação como um fim, aplicam os testes, as provas, os trabalhos e/ou outros métodos avaliativos, atribuem uma nota ou menção e dá por encerrada a avaliação, independente dos resultados e perdem aí a oportunidade de refletir sobre a aprendizagem dos alunos, sobre sua prática pedagógica, sobre mudanças benéficas. É impressionante como muitos de nós educadores não

consideramos que os resultados das avaliações aplicadas aos educandos, diz respeito também ao nosso desempenho enquanto educadores, e continuamos com uma avaliação classificatória que em muitos casos é extremamente excludente.

Não há efetivamente o acompanhamento do processo de aprendizagem dos alunos e muito menos com o significado de prevenir as dificuldades, observando-os refletindo sobre a natureza das suas manifestações, replanejando e tomando decisões de caráter pedagógico com base nos resultados dos testes e tarefas realizadas. (HOFFMANN, 1998, p. 35).

Segundo Jussarah Hoffmann, (2003), embora os educadores tenham um discurso voltado para uma avaliação diagnóstica, formativa, voltada para o crescimento do educando, na maioria das vezes, praticam uma avaliação classificatória, por se sentirem mais seguros quando emitem notas ou menções, que de certa forma lhes fazem detentores de certo poder sobre os educandos. Para alguns professores, se perderem o apoio e força a eles credenciados pelas notas e menções, não serão mais capazes de manter a mínima ordem em suas salas de aula, regidas pelo autoritarismo, que é um precioso objeto de poder nas mãos dos docentes menos criativos, menos abertos às mudanças capazes de acompanhar a velocidade de transformação da sociedade contemporânea.

O tema avaliação configura-se gradativamente mais problemático na educação na medida em que se amplia a contradição entre o discurso e a prática dos educadores. Embora os professores relacionem estreitamente a ação avaliativa a uma prática de provas finais e atribuições de graus classificatórios (coerente a uma concepção sensitiva), criticam eles mesmos o significado dessa prática nos debates em torno do assunto. (HOFFMANN, 2003, p.24).

De fato, a missão de avaliar não é nada fácil, requer muito compromisso por parte do educador com uma educação transformadora, capaz de emancipar o educando, uma avaliação que seja justa e ética, que seja pautada pela esperança, que não destrua a auto estima do aluno, por levá-lo a se sentir

incompetente e incapaz, por conta de avaliações que definitivamente não contribui de forma alguma com a aprendizagem do aluno.

Um avaliador, que se preocupe com que a sua prática educacional esteja voltada para a transformação, não poderá agir inconscientemente e irrefletidamente. Cada passo de sua ação deverá ser marcado por uma decisão clara e explícita do que está fazendo e para onde possivelmente está caminhando os resultados de sua ação. (LUCKESI, 2003, p.46).

Certamente a atuação do professor não é neutra em nenhum momento de sua prática docente e não é diferente na hora de avaliar, por isso a importância de estar preparado, consciente, pronto para *“dentro de um encaminhamento político e decisório a favor da competência de todos para a participação democrática da vida social”*, (LUCKESI, 2003, P.43), agir a favor de uma educação democrática e libertária, capaz de conduzir todos alunos com sucesso, acreditando e fazendo-os acreditar em suas potencialidades. A tarefa delegada ao professor não é fácil, exige uma postura política, consciente de seu poder, enquanto agente de transformação.

2.3 O Professor pode fazer a diferença

Como já dito a avaliação da aprendizagem não é de forma alguma uma tarefa fácil, especialmente se voltada para uma educação democrática, onde todas as crianças tenham garantido o acesso e a permanência com sucesso na escola. Uma educação com esse perfil requer uma avaliação diagnóstica, que conduza ao crescimento do aluno, ao seu avanço pessoal e não a reprovações sucessivas e evasão escolar, diante disso o professor precisa estar preparado, sem se dar por vencido, pois, apesar da complexidade do ato de avaliar, todo professor é capaz de fazê-lo, se estiver aberto a isso.

A estrada é longa, mas não inviável. Os bons professores de cada escola, se ouvimos, os grandes pedagogos do passado e do presente se atentiosamente ligados, as formidáveis experiências daqui e dali, se trocadas, podem mostrar que a escola brasileira é capaz de criar,

portanto está apta para se transformar e para transformar seu tempo.
(ANTUNES, 2002, p. 42).

Ver a educação com otimismo, acreditar no potencial das crianças que estão sob nossa responsabilidade é também uma forma de mudar nossa prática avaliativa de classificatória para diagnóstica. Reverter à forma como avaliamos até aqui é urgente e necessário. Parar para analisar criticamente os resultados obtidos com as avaliações pode ser um grande passo na construção de uma nova forma de avaliar, que esteja a serviço da democratização do ensino. Os resultados das avaliações não podem ser usados meramente para atribuir notas ou menções aos alunos, eles devem embasar o planejamento e a execução dos trabalhos pedagógicos dos docentes.

A mudança ao avaliar, só ocorre se nascer do desejo, da vontade do professor, e ela só nasce se ele o docente, estiver insatisfeito com o que tem vivenciado em termos de avaliação. Enquanto o professor achar que a avaliação classificatória é ética e justa, não fará nada para mudá-la, pois jamais lutamos contra aquilo em que acreditamos. Nesse sentido é positiva toda discussão em torno da avaliação da aprendizagem, pois certamente dessas discussões nascerão formas alternativas de que a avaliação venha a ser diagnóstica, ou seja, contribua com a aprendizagem, ao invés de excluir parte dos educandos.

O descontentamento dos professores com a prática tradicional, classificatória e mantenedora das diferenças sociais é o primeiro passo na direção de uma investigação séria sobre uma perspectiva libertadora da avaliação. (HOFFMANN, 2003, p. 90).

Quando o professor encara a avaliação apenas como o cumprimento de mais um dever a ele imposto, age sem estímulo, quase que automaticamente e dessa forma colabora, sem se dar conta, para a manutenção da ordem injusta da sociedade, pois os classificados como bons, geralmente os mais privilegiados também fora da escola continuam com o título vida a fora e a regra se aplica também aos tidos como ruins. Certamente alguns professores nem se dão conta do quanto sua forma de avaliar é injusta, por não fazerem

uma pausa para reflexão sobre o assunto, quanto mal fazemos a algumas crianças com uma avaliação impensada, que geralmente é classificatória e seletiva.

A educação contemporânea requer nova visão do professor com a relação à avaliação, já não podemos pensar que reprovar certo número de alunos por turma, seja um mal necessário, isso não quer dizer competência, isso significa que esta havendo falhas no processo ensino aprendizagem, falhas que precisam ser detectadas e sanadas.

Todo docente tem a missão de conduzir seus alunos a aprendizagem, sendo assim, cabe ao professor buscar alternativas, para uma nova postura frente a difícil tarefa de avaliar, buscando estar a serviço do progresso do aluno, do seu crescimento enquanto pessoa, de forma a ajudá-lo a atuar bem na sociedade em que se encontra inserido, tornando-o um cidadão crítico e consciente, capaz de atuar bem dentro e fora dos muros da escola. Essa é uma tarefa complexa, mas possível.

CAPÍTULO III

AVALIANDO PARA O SUCESSO DO ALUNO

Para ser um educador de verdade, um verdadeiro mestre, todo professor deve antes ser uma grande pessoa. (ANTUNES, 2001, p. 8)

3.1 Avaliando com foco na aprendizagem

Temos assistido ao longo dos anos, muitas vezes de “braços cruzados”, inúmeras crianças serem excluídas das nossas escolas, de forma que isso foi se tornando até natural, olhar parte dos alunos reprovados a cada ano, passou a ser tão normal, que não sensibiliza mais a governantes, gestores, professores e até alguns pais, lamentavelmente não se pensa nestas crianças e jovens que não estão aprendendo e perdendo seu direito a aprender. A avaliação sem dúvida tem contribuído de forma contundente para esse triste quadro e sempre achamos que a culpa e a responsabilidade por isso é do outro.

A exclusão da criança da escola nas primeiras séries, a repetência e a evasão são crimes sociais. Permanecer na escola é um direito da criança e um compromisso da escola e de toda a sociedade em trabalhar nesse sentido. (HOFFMANN, 1998, p. 45).

É certo que a avaliação vem ocorrendo como um mecanismo de conservação e reprodução da sociedade, estando claramente a esse serviço, mas é claro também que isso não pode continuar, e para tanto precisamos praticar uma avaliação que se proponha a transformar a sociedade.

Para chegarmos a uma mudança substancial na prática avaliativa, precisamos transformar a avaliação educacional escolar em diagnóstica, só assim a maneira de avaliar vai atender a uma prática pedagógica que esteja de fato preocupada com a transformação social, para tanto deverá deixar de ser autoritária e conservadora, buscando mudanças que conduzam à democracia.

Estando a atual prática da avaliação educacional escolar a serviço de um entendimento teórico conservador da sociedade e da educação, para propor o rompimento dos seus limites, que é o que procuramos fazer, temos de necessariamente situá-la num outro contexto pedagógico, ou seja, temos de opostamente, colocar a avaliação escolar a serviço de uma pedagogia que se entenda e esteja preocupado com a educação como mecanismo de transformação social. (LUCKESI, 2003, p.28)

Nesse sentido não podemos mais continuar apáticos diante de uma avaliação que tem colaborado para o fracasso escolar, não podemos ficar esperando por mudanças que saiam dos gabinetes de nossos governantes, pois, legislações por si só, não são capazes de mudar a prática do educador é preciso muito mais do que isso, é necessário uma reflexão profunda de cada professor, que deve estar de fato imbuído em buscar novas formas de ensinar e de avaliar a aprendizagem e, por conseguinte o seu trabalho.

A prática avaliativa não irá mudar em nossas escolas em decorrência de leis, resoluções, decretos ou regimentos escolares, mas a partir do compromisso dos educadores com a realidade social que enfrentamos. Questionar os procedimentos avaliativos seletivos e excludentes de nossas escolas é uma das etapas desse compromisso. (LUCKESI, 2003, p. 36).

Diante da realidade pouco otimista da avaliação da aprendizagem praticada atualmente nas unidades escolares, faz-se necessário uma reflexão sobre essas práticas, buscando alternativas, mudanças efetivas nesse processo, que se concretize no dia a dia do professor das séries iniciais do Ensino Fundamental. Segundo Hamilton Werneck, a sociedade espera dos professores contemporâneos, uma mudança radical, que conduza ao diálogo, a troca de experiência e que ponha fim aos métodos avaliativos utilizados como instrumentos de tortura. E esse novo profissional nasce da esperança de uma educação mais humana e democrática, voltada para o sucesso do aluno, que avalie a aprendizagem a fim de descobrir em que ponto do caminho o aluno esta, com o intuito único de ajudá-lo a prosseguir cada vez melhor na estrada do saber.

A educação mapeada pela esperança deve dar oportunidades de reconciliação dos alunos com a matéria lecionada e as notas baixas, quando ocorrerem, nunca os alicerces de inimizades entre educandos e educadores. (WERNECK, 2003, P.42).

É notório e urgente que nossos educadores mudem suas posturas ante a avaliação, para tanto é necessário uma tomada de consciência coletiva dos docentes sobre suas atuações, enquanto professores. Segundo Jussarah Hoffmann, (2003), para concretização de princípios norteadores de uma avaliação numa perspectiva mediadora, se faz necessário uma mudança de dos métodos tradicionais, para métodos investigativos, é preciso ainda um compromisso por parte do docente quanto ao acompanhamento da construção do conhecimento, de forma a privilegiar o entendimento, em detrimento da memorização.

Numa avaliação mediadora, o grande marco é o diálogo, num ambiente democrático, onde o aluno é um ser ativo, construtor de seu próprio conhecimento, onde professor e aluno trocam experiências, que enriquecem prática docente e promovem a construção da auto-estima do educando que sente valorizado ao contribuir de alguma forma para seu próprio aprendizado. Ambos, professor e aluno devem decidir quando e de que forma a avaliação deve ocorrer e da mesma maneira juntos, analisarem os resultados para a busca de novos caminhos capazes de levar a concretização da aprendizagem, ou seja, do sucesso escolar.

A avaliação mediadora “encoraja a reorganização do saber”, e isso é feito pela “reciprocidade intelectual”: professor e alunos buscando coordenar seus pontos de vista, trocando idéias, reorganizando-se logicamente num ambiente democrático de dialogicidade.(MATUI, 1995, P.234).

Uma das justificativas mais utilizadas por educadores, para a manutenção de uma avaliação classificatória, é de que essa forma de avaliar garante e mantém a qualidade do ensino, no entanto, o que é preciso analisar é a forma como esta sendo oferecido esse ensino, bem como, os resultados obtidos. *”Porque não se pode considerar como competente uma escola que*

não da conta sequer do alunado que recebe, promovendo muitos alunos à categoria de repetentes e evadidos” (HOFFMANN, 2003, P.12). Muitas vezes nós professores somos coniventes com uma política de elitização do ensino público considerando, equivocadamente, que isso garanta um ensino de qualidade. Essa visão equivocada de qualidade é no mínimo infantil, como poderíamos considerar bom um engenheiro que a cada dez casas prontas através de seus projetos, uma venha a cair. Essa cultura da reprovação como manutenção da qualidade do ensino é mais uma ideologia elitizada plantada no meio educacional, que infelizmente tem norteado muitos educadores.

3.2 Partindo para uma avaliação emancipatória

O contexto atual requer uma avaliação emancipatória, que seja verdadeiramente democrática, na qual os resultados da avaliação sejam discutidos, negociados entre professor e aluno, requer ainda, uma avaliação global do processo ensino aprendizagem, e acima de tudo uma avaliação que conduza a uma auto-avaliação por parte do docente, pois é a partir dessa auto-avaliação que o professor buscare novas formas de agir, novas posturas pedagógicas e avaliativas, e que quem sabe, chegar a uma avaliação diagnóstica, que lhe permita a decisão de direcionar ou redirecionar seu caminho na trilha do educar.

A tendência nas práticas de avaliação, numa perspectiva de educação emancipatória, é assegurar cada vez mais nas instituições o caráter educativo da avaliação: meio de revisão das ações do professor – práticas de ensino, interação com os alunos – de modo que tome decisões com maior conhecimento de causa. (LIBÂNEO, 2001, P. 219).

Deve ainda ser uma preocupação do educador contemporâneo, uma educação voltada para a transformação social, pois não se pode acreditar que a educação é neutra, aliás, não há neutralidade alguma no ato pedagógico do professor. *“Nesse contexto a avaliação educacional devese manifestar-se como mecanismo de diagnóstico da situação, tendo em vista o avanço e o crescimento e não a estagnação disciplinadora” (LUCKESI, 2003, P.32).* Aí

surge o momento do professor usar seu poder de agente de transformação, para agir em favor de uma sociedade mais justa e igualitária, acolhendo todos os seus alunos, através de uma avaliação diagnóstica e mediadora, que com certeza norteará nesta tarefa de avaliar a aprendizagem.

Dentro da transformação social que buscamos, a avaliação da aprendizagem, necessita ser um instrumento dialético de diagnóstico para o crescimento, estando a serviço de uma pedagogia preocupada de fato, com a transformação social e não com a manutenção da ordem social existente. Neste sentido deve se buscar resgatar a função diagnóstica da avaliação. Deixando para trás as velhas formas de avaliar, pautadas pelo autoritarismo e pelo método tradicional, que construiu ao longo da história tantas vítimas deixando muitos de nossos alunos a margem da sociedade.

Através da Educação a sociedade pode ser transformada e essa transformação tem tudo para ocorrer num ambiente onde prevaleça a humanidade, a valorização das crianças enquanto pessoas e cidadãos e ainda, onde ocorra uma educação cristã. Neste contexto a forma de avaliar a aprendizagem também pode e deve contribuir para essa transformação se for diagnóstica e estiver a serviço da democratização e humanização do ensino.

Tem se propagado ao longo da história da educação, a idéia de que a escola oferece oportunidades iguais, sendo humana e justa, no entanto, infelizmente nem sempre isso acontece de verdade, porém é chegada à hora de mudarmos de fato o rumo dessa história, construindo uma educação que dê oportunidade de fato a todos os alunos, independente de suas origens, de sua cor de pele ou de qualquer outra coisa, que possa fazer parecer que uns merecem mais que outros.

A educação para a cidadania e a educação cristã tem suas bases na esperança, na possibilidade de mudança e recuperação da pessoa. Uma educação que não dá ao aluno oportunidade não se diga cristã, nem humana. (WERNECK, 1995, p. 37).

Como já foi dito nesse trabalho, o ato de avaliar a aprendizagem, não é algo fácil, nem tão pouco simples, é uma tarefa complexa e árdua a ser exercida por pessoas competentes, capazes, mas acima de tudo comprometidas com o outro, o aluno que ainda criança chega às escolas do nosso país e essa pessoa que precisa reunir todas essas qualidades para exercer bem a profissão é o professor e temos a mais firme convicção de que ele capaz, por ser um profissional em construção mesmo no final de carreira, por que o verdadeiro docente está sempre estudando, buscando respostas para dificuldades encontradas no dia das salas de aula.

A avaliação para a libertação, para a cidadania, ou seja, para a democracia é um desafio a ser enfrentado por cada educador, que hoje compõe a educação, em especial a educação brasileira, que apesar de todos os problemas busca o acerto e esse acerto vai muito além de percentuais de aprovação, pois compõem esses percentuais seres humanos, com sentimentos, com história de vida e com certeza, com expectativas enormes em relação à escola, enquanto local de transformação da sociedade.

3.3 Mudando para transformar a prática avaliativa

Os entraves em se tratando de educação são muitos, em especial quando nos referimos à avaliação da aprendizagem, em consequência disso somos tentados a pensar que não nos cabe fazer nada, por haver todo um contexto colaborando para que a educação em geral e a avaliação se processe tal qual vem ocorrendo ao longo da história, no entanto, muita coisa pode ser feita por nós educadores, basta acreditarmos nessa possibilidade.

Se nós professores, na sala de aula não podemos dar conta da política de oferta de vagas e de acesso dos educandos à escola, podemos dar conta de um trabalho educativo significativo para aqueles que nela têm acesso. Trabalho esse que, se for de boa qualidade, será um fator coadjuvante de permanência dos educandos dentro do processo de aquisição do saber e conseqüentemente um fator dentro do processo de democratização da sociedade. (LUCKESI, 2003, p.125).

É certo que mudanças efetivas no âmbito educacional só ocorreram a partir da vontade, do desejo dos educadores, pois a nós cabe realizar esta complexa tarefa que educar. É através da reflexão sobre as práticas educacionais e avaliativas vivenciadas nas instituições escolares, que poderá haver mudanças substanciais em nossa maneira de avaliar a aprendizagem.

Dentre os problemas que afetam a avaliação da aprendizagem, desponta a questão da recuperação, que às vezes ocorre muito superficialmente em nossas escolas. A recuperação da aprendizagem dos alunos é de grande relevância, mas é preciso que o professor analise os resultados das avaliações de aprendizagem por ele aplicadas e considere os erros dos alunos para buscar construir novas práticas que possam levar todos os seus alunos ao saber. O momento da avaliação deve ser, portanto, também um momento de reflexão do docente. Hoffmann (2004) ressalta o caráter essencial da avaliação uma vez que ela cause inquietação e dúvida, um docente que não analisa as situações do cotidiano e não reflete diante dos resultados obtidos pauta seu trabalho docente em verdades prontas, sem um trabalho reflexivo.

É evidente que não é fácil mudar a forma de avaliar, considerando todo o caminho percorrido pela educação até aqui, mas precisamos nos desapegar de provas e testes que em muitas circunstâncias, excluem parte de nossos alunos. Muitos de nós educadores ligamos avaliação a provas e testes, o que culmina na perda do sentido real da avaliação que é muito mais de análise, de estudo do que de verificação e seletividade.

Provas e exames implicam o julgamento, com conseqüente exclusão; avaliação pressupõe acolhimento, tendo em vista a transformação. As finalidades e funções da avaliação da aprendizagem são diversas das finalidades e funções das provas e exames. Enquanto as finalidades e funções das provas e exames são compatíveis com a sociedade burguesa, as das avaliações a questionam; por isso, torna-se difícil realizar a avaliação na integralidade do seu conceito no exercício de atividades educacionais, sejam individuais ou coletivas.(LUCKESSI, 2003, p. 171).

A avaliação que deve estar a serviço de uma educação de qualidade e da democratização do ensino, deve colaborar para a melhoria de nossas instituições escolares, para reduzir índices de reprovação e evasão escolar e ainda para humanizar a educação. Se vista por essa ótica e assim praticada a avaliação da aprendizagem, deixara de ser um entrave, para estar a serviço da educação que almejamos.

É bastante comum que os professores se preocupem exclusivamente em dar boas aulas, e não se preocuparem com o resultado disso, se os alunos estão aprendendo ou não e por conta dessa forma de pensar praticam avaliações extremamente tradicionais que levam a um número elevado de reprovações e não há uma preocupação com recuperação da aprendizagem dos alunos que não obtiveram bons resultados, esta pratica e pouco promissora e não atende as reais necessidades dos alunos.

De que adiantará um professor que apenas se preocupe com o ato de ensinar, transmitido seus conhecimentos e experiências, sem se inquietar com o fato de estar ou não, o seu aluno aprendendo? Esse tipo de docente, preocupado exclusivamente com a “instrução”, embora bastante freqüente ainda, nas escolas brasileiras de 1º,2º e 3º grau, surge em completa dissonância com as necessidades e/ou aspirações de seu alunado.(VASCONCELOS, 1996,p.21).

A avaliação deve nortear a prática docente, pois, a partir de uma avaliação da aprendizagem bem feita é possível corrigir rotas, fazer intervenções durante o percurso e isto, é muito diferente de chegar ao final do bimestre ou ano letivo e utilizar a avaliação para determinar quem será aprovado ou não e ponto final.

É estarrecedor imaginar que há docentes que acham natural que parte dos alunos sejam reprovados, parece normal, que parte deles não aprendam e pior do que achar isso é não fazer nada por esses estudantes, simplesmente por considerar que não vai adiantar. Quantos professores deixam de investir em alguns alunos por achar que eles não têm potencial algum, e esses professores geralmente se acham muitos capazes apesar de deixar para traz

parte de seus alunos. Imaginem um médico que cura cerca de 75% dos seus pacientes, quem não teria medo de ao se tratar com ele e estar em os 25% restantes, parece engraçado,mas , para alguns professores é comum que 25% de seus alunos fiquem reprovados e pior falam isso para os próprios alunos com muita naturalidade.

Diante de fatos como esse, é preciso repensar a prática avaliativa, buscando pensar e repensar sobre os resultados das avaliações com a devida humildade para entender que às vezes é preciso mudar a rota, em prol de um bem maior.

Agimos impiedosamente quando deixamos que nossos alunos continuem na escola sem aprender, especialmente nas escolas públicas, pois na educação esta toda esperança de mudança de vida destes e alunos e sua família. Nem um de nós educadores gostaria que os professores de nossos filhos os deixassem de lado em suas dificuldades de aprendizagem, limitando-se a reprová-los, mas, fazemos sem o menor peso de consciência com os filhos dos outros.

A educação não tem lugar para carrascos. Educação é construção do conhecimento, é relacionamento aberto, cara a cara, sem capuzes, é amor de graça embora custe, educação é a partilha é o sentir sagrado da troca de experiências dentro e fora de sala. Aluno e professor são aliados e não adversários ou inimigos. Mas, infelizmente, estes tipos existem, causando danos humanos e econômicos nas estruturas e, fique bem claro, causam danos humanos e econômicos não porque se deseja a aprovação dos que não sabem, o que se deseja é que o professor ensine e o aluno aprenda. (WERNECK, 1995, p. 37)

E para evitar situações desagradáveis em sala de aula é preciso que o diálogo seja uma constante em nossas salas de aula, especialmente quando se trata da avaliação da aprendizagem, pois é muito importante que os alunos se sintam bem na escola em todos os momentos e isso inclui os momentos de avaliação.

A avaliação mapeada pela esperança deve dar oportunidades de reconciliação dos alunos com a matéria lecionada e as notas baixas, quando ocorrem, nunca os alicerces de inimizades entre educandos e educadores. (WERNECK, 1995, p.42).

A idéia de uma nova avaliação passa por dar e manter a esperança dos alunos em um amanhã melhor, isso significa lutar por este aluno com as armas que temos, que são métodos inovadores de ensinar e avaliar, capazes de ajudar todos a vencerem suas dificuldades e aprenderem.

Neste contexto a avaliação deve ser contínua, um processo, que norteie o caminho a ser seguido, os próximos passos da matéria, que nos mostre o momento de parar e voltar alguns passos se preciso for, para que o objetivo da aprendizagem seja alcançado.

É notório que alguns consideram a reprovação benéfica, sendo a garantia de um ensino de qualidade. Hoffmann (2003), destaca que esta forma de pensar esta atrelada a uma prática avaliativa classificatória. Segundo Antunes (2002), não se proclama o fim da cultura de retenção, jamais se propugna pelo seu extermínio, mas, se sugere a busca de novos caminhos e a eficiência da recuperação da aprendizagem, além de mecanismos de sedução do aluno que os levem a aprender a alegria de viver.

Segundo Antunes (2002), Quando se prega o fim da cultura da retenção, jamais propugna o seu fim, mas, se sugere antes a busca de novos caminhos, a eficiência dos sistemas de recuperação, reforços, enfim mecanismos pedagógicos eficazes para que haja a aprendizagem. E tudo leva a crer que a esperança deve haver sempre.

A avaliação da aprendizagem somente cumprirá seu papel de subsidiar o professor na sua prática pedagógica, se ocorrer de forma contínua, fruto de uma observação ao longo do período escolar, ela não pode acontecer apenas em momentos de provas e testes, também não pode ocorrer apenas por meio de provas, é preciso utilizar outros métodos de avaliar a capacidade do aluno

em selecionar informações e associá-las aos saberes que já possui (ANTUNES, 2002).

CONCLUSÃO

Ao abordar o tema avaliação da aprendizagem e seu reflexo no ensino aprendizagem, abriu-se um verdadeiro leque de enfoques variados do tema, que com o objetivo de construir a presente monografia, conduziu a um criterioso trabalho de pesquisa bibliográfica em torno do assunto.

Quando surgiu a presente pesquisa tínhamos um questionamento com relação à avaliação da aprendizagem: porque avaliar a aprendizagem dos alunos das Séries iniciais do Ensino fundamental tem sido um entrave para muitos professores e causando tantas reprovações e, por conseguinte evasões escolares?

O objetivo geral foi compreender como funciona a avaliação da aprendizagem nas séries iniciais do Ensino Fundamental para a partir disso buscar novas formas de avaliar a aprendizagem do aluno a favor da democratização do ensino e do sucesso coletivo.

Diante do objetivo acima em primeira mão foi realizada a leitura de algumas obras de autores que escreveram sobre a avaliação da aprendizagem. Mediante esta investigação, de cunho bibliográfico, a conclusão obtida é de que a avaliação da aprendizagem tem ocorrido na maioria das escolas pautada mais por uma prática classificatória que contribui bem mais para exclusão do que para a aprendizagem, visto que, não ocorre como um processo, onde se avalia, analisa os resultados e propõe mudanças. Ocorre na maioria das vezes apenas com o intuito de atribuir notas que são entregues na secretaria escolar, não há uma reflexão sobre os resultados obtidos e possíveis causas de resultados negativos. Desta maneira são encerradas as avaliações que postas desta forma em nada contribuem para o ensino aprendizagem.

A preocupação de muitos de nós educadores, com fatores como reprovação e evasão escolar, que estão intimamente ligados à avaliação da aprendizagem foi o que motivou a construção desse trabalho, e ainda o fato de

veremos o fracasso escolar aniquilar nossos alunos, que buscam muitas vezes nas escolas públicas uma oportunidade de uma mudança da condição social em que vive, e em resposta algumas instituições escolares respondem a este anseio dos alunos e de seus pais, com avaliações autoritárias e tradicionais, tirando-lhes talvez a chance que tinham de mudar o curso da história de suas vidas.

Diante dos apontamentos acima podemos dizer que a resposta para o problema inicial é que a avaliação da aprendizagem tem sido um entrave para muitos professores e alunos e ainda, causado tantas reprovações e evasões escolares, porque tem sido permeada por uma prática classificatória, onde o professor, realiza seu trabalho avaliativo por meio de métodos tradicionais, especialmente provas e testes. Realizam na maioria das vezes as avaliações nos finais de bimestres e anos letivos, o que tira qualquer denotação de avaliação contínua no decorrer do processo. Não há também, por parte de muitos educadores, o hábito de refletir sobre os resultados das avaliações com vistas a transformar a prática pedagógica com o objetivo de levar todos os alunos a obterem êxito nos estudos.

A soma dos fatores acima, tem levado a escola e docentes a falharem na hora da avaliação, sendo assim, muito precisa ser feita para uma mudança nas práticas avaliativas, mudanças essas que não estejam presentes apenas nos discursos, mas, na prática. Porém como a educação é processo em construção, cada professor pode fazer a grande revolução mudando na sua sala de aula o seu fazer pedagógico, e isso irá influenciar outros que poderão mudar também e assim por diante.

A avaliação da aprendizagem, se diagnóstica e mediadora, estará sempre a favor do aluno, de seu sucesso, e, por conseguinte da humanização do ensino, pois certamente uma escola só será democrática e de qualidade se der conta dos alunos que recebe, conduzindo todos a aprendizagem.

Concluindo este trabalho visa chamar a atenção de educadores e sociedade como um todo para a questão da avaliação da aprendizagem nas séries iniciais do Ensino Fundamental e ainda tentar apontar alternativas para

as possíveis soluções para o problema, e apesar do que já foi dito, pelos diversos teóricos que se dedicaram ao estudo desse tema, ainda há muito a se dizer e fazer, na construção da escola democrática e de qualidade que almejamos para nossas crianças.

BIBIOGRAFIA

ANTUNES, Celso. **A Avaliação da Aprendizagem Escolar**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2002.

CURY, Augusto Jorge. **Pais Brilhantes, Professores Fascinantes**. Rio de Janeiro: Sextante, 2003.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 17ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

HADJI, Charles. **Avaliação Desmistificada**. Porto Alegre: ARTMED, 2001.

HOFFMANN, Jussarah Maria Lerch. **Avaliação: Mito e Desafio: Uma Perspectiva Construtivista**. 32ª ed. Porto Alegre: Mediação, 2003.

_____. **Avaliação Mediadora: Uma prática em Construção da Pré-Escola à Universidade**. 20 ed. Porto alegre: Mediação, 2003.

_____. **Contos e Contrapontos: do Pensar ao Agir em Avaliação**. Porto alegre: Mediação, 1998.

LAROSA, M. A. **Como Produzir uma Monografia Passo a Passo**. 4ª. Ed. Rio de Janeiro: Wak, 2003.

LIBÂNEO, Jose Carlos. **Organização e Gestão da Escola: Teoria e Prática**. Goiânia: Alternativa, 2001.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da Aprendizagem Escolar**. 15ª ed. São Paulo: Cortez, 2003.

MATUI, Jiron. **Construtivismo: Teoria construtivista sócio-histórica Aplicada ao Ensino**. São Paulo: Moderna, 1995.

PERRENOUD, P. **Avaliação: da excelência a regulação das aprendizagens – entre duas lógicas**. Porto Alegre: Artimed, 1999.

VASCONCELLOS, C. S. **Avaliação: concepção dialética-libertadora do processo de avaliação escolar**. São Paulo: Libertad, 1998.

WERNECK, Hamilton. **Prova, Provão, Camisa de Forças da Educação**. 7ª Ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1995.